

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES COM A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Francisco Edson Pereira Leite
Delegado Adjunto da FIEP/RR
professor.edsonleite@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desvelar o contexto histórico da educação física no Brasil pode também revelar aspectos políticos de nossa sociedade. A formação de profissionais de educação física é também um tema bastante polêmico, e que ao mesmo tempo envolve questões econômicas, políticas, sociais e ideológicas de um dado momento da história.

Diante de um contexto tão instigante surge o problema de pesquisa que motivou este estudo: quais as mudanças nos cursos de Educação Física após a regulamentação da profissão?

O objetivo geral deste trabalho é comparar a formação dos profissionais de educação física em nível superior antes e depois da lei 9696/98. Para tanto, o mesmo tem como objetivos específicos: Conhecer o contexto histórico da formação de Profissionais de Educação Física no Brasil. Analisar o processo de regulamentação da profissão e a criação do Sistema CONFEF/CREFs. Identificar as diferenças na formação de Licenciados e Bacharelados em Educação Física com base nas novas Diretrizes Curriculares do ensino da Educação Física, aprovadas pelo CNE/MEC.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa qualitativa partiu do levantamento de dados que datam da gênese do ensino da educação física no Brasil até as informações mais recentes sobre este assunto e consistiu na revisão bibliográfica das obras que abordam este tema.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A gênese da educação física no Brasil data de 1851, quando a ginástica foi incluída no currículo das escolas primárias por meio da Lei nº 630. Porém somente com a obrigatoriedade da ginástica nos currículos dos cursos médios é que segundo o Dicionário das Profissões (1978), sentiu-se a necessidade da criação de Escolas de Educação Física que dessem formação a indivíduos para que esses viessem a lecionar no ensino primário, secundário e normal.

Em 1922 é criado o Centro Militar de Educação Física, o qual tinha, entre outras, a finalidade de ministrar cursos preparatórios para a formação de instrutores de Educação Física. No entanto, este Centro começou a atuar efetivamente, em 1929.

Desde o ano de 1929 cogitou-se da necessidade de que houvesse a criação de Escolas de Educação Física, para que se pudesse encaminhar profissionais licenciados em Educação Física às escolas primárias, secundárias e normais do País. Iniciou-se nesta época um trabalho relativo a isto, que foi concluído apenas em 1931, com a criação da primeira Escola Superior de Educação Física. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1978)

O referido centro torna-se independente a partir de 1931 e dois anos depois foi substituído pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), a qual segundo Marinho (1980) foi criada, inicialmente, para formar instrutores, monitores, mestre d'armas, monitores de esgrima e médicos especializados, sendo aos civis, também permitido, tomarem parte dos cursos.

Conforme Leandro (2002), em 1931, o Estado do Espírito Santo cria o Curso Especial de Educação Física, com o objetivo de formar normalistas especialistas. No entanto, apesar de civil, Melo (1999) descreve a ENEFD como [...] uma escola civil extremamente militarizada, sendo, no início, uma continuação do projeto militar, dentro da Universidade do Brasil.

A partir da década de 40 vários Cursos Superiores de Educação Física são reconhecidos por Decretos, conforme a Legislação de Educação Física (2000), o decreto Nº 5.723, de 28 de maio, concede reconhecimento do Curso Superior da Escola de Educação Física de São Paulo.

Em 1969 o Decreto Nº 64.905, de 29 de julho, autoriza o MEC a constitui RESOLUÇÃO Nº 9, de 6 de outubro, do Conselho Federal de Educação, que fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem destinados à formação pedagógica nos cursos de licenciatura, inclusive os de Educação Física, os quais tiveram os conteúdos e a carga horária mínima fixadas pela Resolução Nº 2.068, de 6 de novembro, do Conselho Federal de Educação.

A formação dos Profissionais de Educação Física nas décadas de 70, 80 e meados da década de 90, estava pautada em uma concepção que segundo Albuquerque (2009) voltou à preparação de técnicos ou instrutores esportivos em vez da formação de educadores. Após a regulamentação da Profissão Educação Física por meio da Lei 9.696 de 01 de Setembro de 1998 surgem novas vertentes nos cursos de formação destes profissionais.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA PROFISSÃO REGULAMENTADA E O SISTEMA CONFEF/CREF'S

De acordo com o CONFEF o processo da regulamentação e criação de um Conselho para a Profissão de Educação Física, teve início nos anos quarenta. Tal movimento partiu da

iniciativa das Associações dos Professores de Educação Física (APEFs) as quais fundaram a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF) em 1946.

A segunda etapa surge da década de 80 com a tramitação do projeto de lei para a regulamentação da profissão, conforme nos mostra o CONFEF:

Assim, fica clara a questão da regulamentação ser uma velha aspiração da categoria profissional. Algo debatido e discutido desde os anos 50 em diversos eventos, pelos formadores de opinião, pelos notáveis da área e pelas IES, tendo se transformado em ação efetiva apenas a partir da década de 80, quando então encontramos a questão da regulamentação profissional sendo efetivamente debatida e ações concretas dinamizadas.

A terceira e derradeira etapa de regulamentação se deu a partir de meados da década de 90, preocupados com o grande número de leigos e profissionais de outras áreas intervindo no campo dos exercícios físicos, desportos, ginásticas, lutas, danças e outras áreas afins da atividade física humana, foi a vez dos grupos de estudantes se mobilizarem e reanimarem a luta pela regulamentação.

Apesar de todo o entusiasmo pela regulamentação, havia também um grupo de profissionais contrários a este movimento, de acordo com o CONFEF, a Diretoria do diretoria do CBCE e a diretoria da Executiva Nacional dos Estudantes apresentaram-se contra a proposta.

Ferreira (1998) cita que a regulamentação da profissão surgiu como uma necessidade de controlar o espaço de trabalho, ferindo o direito de igualdade, tornando-se incompatível com a idéia de classe trabalhadora. O autor afirma que a regulamentação centrada apenas no mercado, despolitiza o debate sobre a Educação Física na sociedade.

Seguindo a linha dos críticos à regulamentação Castellani Filho(1998), enumera algumas contradições sobre a regulamentação da profissão como: servir ao interesse corporativista; regulamento do conselho formado sem discussão e composto por donos de academias e universidades particulares e assinala-se também que a lei não define as relações econômicas.

Finalmente em 1º de Setembro de 1998, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sanciona a lei 9696/98, publicada no Diário Oficial da União em 02/09/98. Steinhilber (1998) afirma que o reconhecimento dos profissionais da Educação Física foi um processo histórico cheio de altos e baixos.

3 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS DIRETRIZES PARA LICENCIADOS E BACHARELADOS

De acordo com a Revista EF (2002), [...] o Conselho Nacional de Educação – CNE promulgou o Parecer relativo às Diretrizes do Curso de Formação de Professores do Ensino Básico e convocou audiência pública, para reformulação das propostas dos demais cursos de graduação. A partir daí foram realizados pelo Sistema CONFED/CREFs vários Fóruns regionais e também os Fóruns Nacionais.

O Fórum Nacional das Instituições de Ensino Superior em Educação Física, desenvolvido na cidade de Belo Horizonte, em agosto de 2000, de acordo com Tojal (2002) [...] foram aprovadas as medidas iniciais de uma política de qualificação da preparação profissional na área e se discutiu, e definiu, as demais etapas, que ficaram estabelecidas pela busca da construção dos documentos de Ocupação e Intervenção Profissional.

O II Fórum Nacional das Instituições de Ensino Superior em Educação Física foi realizado 18 a 20 de Julho de 2002 e teve como objetivo resgatar a importância do Profissional de Educação Física num contexto de grandes transformações mundiais. Para tanto foram levantadas discussões sobre as diretrizes curriculares, formação continuada, educação física escolar, ética profissional e outras temáticas.

O Art. 4º, parágrafos 1º e 2º da Resolução MEC/CFE 03/87 delimita as duas áreas de formação dos Profissionais de Educação Física, os Graduados e os Licenciados respectivamente. Vale destacar que no caso dos cursos de Licenciatura, estes estão orientados pela Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 que contempla a formação de Professores da Educação Básica, assim,

O redimensionamento das licenciaturas implica também no desenvolvimento de componentes curriculares de formação pedagógica, de saberes pedagógicos e metodologias específicas, além da pesquisa da prática pedagógica. Tudo isso exige um conjunto de saberes, competências e atitudes que articulem todas as dimensões da formação profissional e da intervenção no campo da educação. (MARTINS *et. all.*, 2005).

Por fim é emitida a nota técnica N° 003/2010 - CGOC/DESUP/SESu/MEC, a qual apresenta ementa para esclarecimentos acerca de cursos de Educação Física nos graus Bacharelado e Licenciatura.

Tal documento foi emitido mediante aos questionamentos feitos pelo Conselho Federal de Educação Física, sobre a legalidade de cursos de Educação Física ofertados por determinadas instituições, que formam bacharéis e licenciados em um único curso ou que apresentam estrutura curricular idêntica para cursos de ambos os graus. Em resposta a CGOC/DESUP/SESu/MEC conclui que

Portanto, os cursos de Bacharelado/Licenciatura Plena puderam ser ofertados conjuntamente, de forma regular, até 15/10/2005. sendo licito afirmar que apenas os alunos ingressantes até essa data nos cursos de Educação Física estavam aptos a obter a graduação de "bacharel e licenciado em Educação Física". A partir dessa data, os cursos de Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física passaram a representar graduações diferentes.

CONCLUSÃO

Podemos então concluir que a influência dos militares na formação dos Profissionais de Educação Física foi muito marcante. A Educação Física acompanhou todas as mudanças na sociedade brasileira no decorrer de seu processo histórico de formação, e foi se adequando às novas exigências da população.

O processo de regulamentação foi sem dúvidas determinante nesta reformulação dos Profissionais de Educação Física do Brasil. Possivelmente a principal mudança e ao mesmo tempo, o maior benefício trazido pela regulamentação da profissão, se deu justamente no âmbito da formação profissional, pois além de serem extintos os cursos de nível médio, ficando a formação restrita ao ensino superior.

Delimitaram-se os campos de atuação para o Profissional Licenciado, estando este habilitado a atuar na docência em nível de Educação Básica. E o Profissional Bacharelado, o qual não pode atuar no ambiente escolar, porém sua atuação se dá em academias, clubes, hotéis, empresas, hospitais, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L.R. A concepção e os saberes da formação de professores em educação física no período pós-golpe militar de 1964. PUC/PR: 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2934_1278.pdf. Acesso em 17/06/2011. 14h.

CASTELLANI FILHO, L. *Regulamentação da profissão: The day after "2"*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Ijuí - RS. v. 20, n.1, p. 32 - 6, 1998.

CONFED, Site Oficial do. Regulamentação da Educação Física no Brasil: Elaboração de medidas legais e a criação de um conselho. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=16>. Último acesso em 19/04/2011 16h12mim.

CONFED, Site Oficial do. Nota Técnica N° 003/2010 - CGOC/DESUP/SESU/MEC Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=491>. Último acesso em 19/04/2011 16h20mim.

DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES. Estudos ocupacionais referentes a profissões e cursos de formação em 2º e 3º graus. Centro de Integração Empresa-Escola. 2.ed. São Paulo: 1978.

FERREIRA, M. G. Educação Física. *Regulamentação da profissão e Esporte Educacional ou... Neoliberalismo e Pós - modernidade: foi isto o que sobrou?* Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Ijuí - RS. v. 20, n.1, p. 47 - 54, 1998.

LEANDRO, M.R. Educação Física no Brasil: uma história política. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário UNIFMU, Curso de Educação Física. São Paulo: 2002. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/3097/1/Educacao-Fisica-No-Brasil-Uma-Historia-Politica/pagina1.html>. Último acesso em 16/06/2011 12:00h.

LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Editora Virtual Books OnLine M&M Editores LTDA, 2000.

MARINHO, Inezil Penna. *História Geral da Educação Física*. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1980.

MARTINS, I.M. de L. BARROS, J.M de C. TESSARI.M. Considerações à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Documento de Intervenção do CONFEF. Págs. 22-24. Revista EF. Órgão Oficial do CONFEF. Ano V, nº 15 Março de 2005.

MELO, Victor Andrade de. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

Revista EF. Órgão Oficial do CONFEF. Ano I – Edição Especial. Agosto 2002.

STEINHILBER, J. *A regulamentação da Educação Física e os conselhos profissionais*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Ijuí - RS. v. 20, n.1, p. 22 - 31, 1998.

TOJAL, J.B.A.G. II Fórum Nacional de Instituições de Ensino Superior em Educação Física e seus eventos paralelos. Pág 14. Revista EF. Órgão Oficial do CONFEF. Ano I, nº 03. Junho 2002.

FRANCISCO EDSON PEREIRA LEITE
AV. GETÚLIO VARGAS, 7449
BAIRRO: SÃO VICENTE, BOA VISTA-RR
CEP: 69303-472
FONE: (95) 91150877
professor.edsonleite@hotmail.com